

## GABINETE DA REITORIA

### EDITAL Nº 092/2009-GRE

ABERTURA DAS INSCRIÇÕES PARA A SEGUNDA ETAPA DO SEGUNDO PROCESSO SELETIVO DE 2009 PARA OCUPAÇÃO DE VAGAS REMANESCENTES NA UNIOESTE, NO **CURSO DE DIREITO**, DO CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON.

O Reitor em exercício da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, no uso das suas atribuições estatutárias e regimentais e em face da seguinte regulamentação:

- Resolução nº 043/2006-COU, que regulamenta a forma de funcionamento da Diretoria de Concurso Vestibular – DCV e
- Resolução nº 362/2008-CEPE, que estabelece as diretrizes do processo seletivo de ocupação de vagas remanescentes nos cursos de graduação da Unioeste (PROVOU),

e considerando ainda:

- as informações prestadas pela Secretaria Acadêmica de Marechal Cândido Rondon sobre o número de vagas remanescentes existentes no curso de **Direito** daquele campus;
- a busca de objetividade de julgamento e de valoração da documentação apresentada para a fase da análise documental;
- a busca de transparência na forma de ocupação dessas vagas;
- a busca de igualdade de condições de concorrência entre os candidatos;
- a inclusão, em cada prova, de conteúdos relativos ao(s) ano(s) anterior(es) àquele(s) a que o candidato for habilitado;
- a busca de objetividade de julgamento por meio da elaboração uniforme das questões da prova e do tratamento do processamento das respostas;
- o sigilo na elaboração, impressão e aplicação das provas e
- a precisão na identificação dos concorrentes, na apuração das respostas, na classificação dos candidatos e na divulgação dos resultados,

#### **TORNA PÚBLICO:**

As normas para a Segunda Etapa do Segundo Processo Seletivo de 2009 para Ocupação de Vagas Remanescentes (**PROVOU**), que objetiva selecionar candidatos para o curso de **Direito** do campus de Marechal Cândido Rondon, por meio de transferência interna para curso afim ou transferência externa para curso afim ou para mesmo curso.

#### **1. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**Art. 1º** Fica aberta a segunda etapa do segundo PROVOU 2009, que levará a certame público as vagas remanescentes existentes no curso de **Direito** da Unioeste, do campus de Marechal Cândido Rondon, e será realizada conforme as normas deste edital.

**Art. 2º** As vagas existentes para ingresso por meio do processo de seleção mencionado no art. 1º se encontram distribuídas da forma descrita a seguir: **no 3º ano, 2 vagas; no 4º ano, 3 vagas.**

**Art. 3º** O PROVOU a que se refere o art. 1º se destinará a candidatos que se submetam à análise documental, que determinará para que ano do curso o candidato está habilitado, e à prova de conhecimentos, que verificará o domínio do conhecimento dos conteúdos relativos ao(s) ano(s) anterior(es) ao(s) da(s) vaga(s) ociosa(s) e determinará a classificação final dos candidatos habilitados por meio da análise documental.

**Parágrafo único** - Os conteúdos previstos para a prova de conhecimentos para cada ano do curso em pauta constam do Anexo Único deste edital.

**Art. 4º** O candidato que queira participar do processo seletivo em pauta deverá se inscrever para o mesmo.

**§ 1º** O colegiado do curso fará a análise documental do(s) candidato(s) e determinará para que ano ele(s) está habilitado.

**§ 2º** O candidato cuja análise documental determinar a inserção num ano para o qual não existam vagas ou para o primeiro ano do curso será eliminado do processo.

**§ 3º** O candidato cuja análise documental determinar a inserção num ano para o qual haja vagas deverá participar da prova de conhecimentos, desde que a quantidade de candidatos habilitados seja superior ao número de vagas existentes para aquele ano.

**§ 4º** Se um ano do curso possuir mais vagas remanescentes do que candidatos aptos para ocupá-las, a prova de conhecimentos não será aplicada e o candidato poderá passar a frequentar as atividades letivas imediatamente.

**Art. 5º** Para ocupar uma vaga remanescente, o candidato deverá eliminar, por meio do aproveitamento de estudos, pelo menos, cinquenta por cento das disciplinas do primeiro ano do curso.

**Art. 6º** Será concedido ingresso ao candidato que, pela análise documental, for considerado habilitado para um dos anos do curso para o qual se inscreveu, respeitado o § 2º do art. 4º, e que for aprovado na prova de conhecimentos, obtendo classificação.

**Art. 7º** Os candidatos classificados no limite de vagas deverão efetuar a sua matrícula em **20 de agosto de 2009**, sob pena de perda da vaga.

**Art. 8º** As provas serão realizadas no campus de Marechal Cândido Rondon.

**Art. 9º** O resultado do processo seletivo de que trata este edital será válido somente para o ano letivo a que se refere e seus efeitos cessarão, de pleno direito, com o prazo final das matrículas.

## **2. DAS INSCRIÇÕES:**

**Art. 10.** As inscrições serão realizadas **das 9h do dia 28 de julho às 17h do dia 31 de julho de 2009.**

**Art. 11.** A taxa de inscrição, de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**, deverá ser paga em casa lotérica ou em agência da Caixa Econômica Federal **até 31 de julho de 2009**.

**Art. 12.** A inscrição deverá ser feita pela Internet, por meio do preenchimento da ficha de inscrição, no site [www.unioeste.br/provou](http://www.unioeste.br/provou).

**Parágrafo único** - A inscrição só será efetivada após o pagamento da taxa de inscrição por meio do Boleto Bancário correspondente.

**Art. 13.** O candidato só poderá concorrer a uma vaga remanescente, se tiver sido habilitado para ela, ficando condicionado, caso seja convocado para matrícula, a freqüentar as aulas na cidade e no turno do curso objeto deste edital.

**Art. 14.** Os dados informados e as escolhas indicadas na ficha de inscrição serão de responsabilidade inteira e total do candidato ou de seu representante.

**§ 1º** O candidato que, após efetuar a inscrição, quiser alterar alguma escolha feita, somente poderá fazê-lo mediante realização de nova inscrição.

**§ 2º** O valor da taxa de inscrição não será devolvido em nenhuma hipótese.

**Art. 15.** Ao se inscrever, o candidato aceitará as condições deste edital e de outras instruções oficiais da universidade, não podendo alegar desconhecimento delas.

**Art. 16.** A partir do 2º dia útil a contar do pagamento da taxa de inscrição, o candidato poderá verificar, no *site* mencionado, a situação da sua inscrição, devendo, em caso de problema, entrar em contato com a DCV, pessoalmente ou pelos telefones (0xx45) 3220-3100 e 3220-3099.

**Parágrafo único** - A Unioeste não enviará correspondência ao candidato, nem informará por telefone ou e-mail a situação da sua inscrição.

**Art. 17.** Para a realização da sua inscrição, o candidato deverá providenciar os seguintes documentos:

- a) Cédula ou Carteira de Identidade ou documento com fotografia e impressão datiloscópica, expedidos por órgão oficial que, por força de lei federal, valham como documento de identificação, a saber: cédula ou carteira de identidade expedida por Secretarias de Segurança, Forças Armadas, Polícia Militar, Polícia Federal ou Órgãos ou Conselhos de Classe, ou Carteira de Trabalho e Previdência Social que contenha a impressão datiloscópica;
- c) Boleto que comprove o pagamento da taxa de inscrição.

**Parágrafo único** - O documento de identificação citado na Ficha de Inscrição deverá ser apresentado, quando o candidato comparecer às provas.

**Art. 18.** Para efetivar a inscrição, o candidato deverá:

- a) preencher a Ficha de Inscrição;
- b) imprimir a Ficha de Inscrição e o Boleto de Pagamento da inscrição;
- c) assinar a ficha de inscrição;
- d) efetuar o pagamento da taxa de inscrição;

- e) acessar o *site* da Unioeste e confirmar o seu ensalamento;
- f) manter a documentação da Inscrição e tê-la consigo na prova;
- g) entregar a Ficha de Inscrição, assinada, no dia da prova.

**Art. 19.** Ao preencher a Ficha de Inscrição, o candidato deverá indicar o curso em que pretende ingressar, observando a tabela de vagas publicada.

**§ 1º** No caso de o candidato efetuar várias inscrições pela internet, apenas será válida a inscrição cujo código de barras foi utilizado para receber o pagamento.

**§ 2º** Na hipótese de um mesmo candidato pagar mais de uma inscrição, será válida apenas a última inscrição paga.

**Art. 20.** Cumpridas as exigências deste Edital, o candidato estrangeiro poderá se inscrever neste processo seletivo, devendo, para poder participar do mesmo, apresentar o documento de identificação previsto nos acordos internacionais firmados entre o seu país e o Brasil.

### **3. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO:**

**Art. 21.** A transferência ficará condicionada à homologação da documentação pela Secretaria Acadêmica, à análise documental pelo Colegiado de Curso, à existência de vaga no ano para o qual o candidato se encontra habilitado, à aprovação na prova de conhecimentos e à classificação dentro do limite de vagas para o ano pleiteado.

**Art. 22.** A segunda etapa do segundo PROVOU 2009 será realizada em duas fases subseqüentes:

I - Análise Documental;

II – Prova de Conhecimentos.

**§ 1º** Tanto a fase da análise documental quanto a prova de conhecimentos serão realizadas na cidade sede do curso.

**§ 2º** O não atendimento ao que estiver determinado para cada uma das fases será punido com a desclassificação do candidato.

### **4. SOBRE A FASE DA ANÁLISE DOCUMENTAL:**

**Art. 23.** Para a fase da análise documental, o candidato deverá apresentar, **de 28 a 31 de julho de 2009**, a documentação prevista por este edital.

**§ 1º** A documentação de que trata o caput deste artigo deverá ser entregue na Secretaria Acadêmica do campus de Marechal Cândido Rondon, **das 8h às 12 h, das 13h30min às 17h30min e das 19h15min às 22h.**

**§ 2º** A fase de análise documental será realizada de **3 a 5 de agosto de 2009.**

**§ 3º** O resultado final da fase de Análise Documental será publicado até às 17h do dia **7 de agosto de 2009.**

**Art. 24.** A realização da análise documental tem como objetivo final verificar em que ano do curso pretendido o candidato poderá ser enquadrado.

§ 1º Considerar-se-á como ano de enquadramento aquele em que o candidato possuir o maior número de disciplinas a serem cursadas, excetuando o(s) ano(s) subsequente(s) ao que ele estiver habilitado e observando os pré-requisitos do curso.

§ 2º Havendo coincidência no número de disciplinas de anos distintos do curso, o enquadramento será feito no menor ano do curso.

§ 3º Se o maior número de disciplinas pendentes do candidato o situarem num ano específico, mas os pré-requisitos da estrutura curricular do curso o recolocarem em outro ano, este enquadramento deve ser observado em detrimento daquele.

§ 4º Para definir o ano de enquadramento, o colegiado de curso efetuará a análise documental dos estudos realizados pelo candidato, fazendo a equivalência entre as disciplinas cursadas na origem e aquelas da estrutura curricular do curso de destino.

§ 5º Será considerada equivalente, para fins de aproveitamento de estudos, a disciplina que, na sua acepção estrita, tenha programa igual ou similar e carga horária compatível com aquela do currículo do curso de graduação da Unioeste.

§ 6º Competirá ao Colegiado de Curso definir critérios para que uma disciplina seja considerada igual ou similar e para que ela possa ser considerada como tendo carga horária compatível com aquela prevista no curso da Unioeste.

§ 7º Se a análise documental evidenciar que o enquadramento deverá ocorrer num ano para o qual não haja vaga remanescente, o candidato será eliminado.

#### **4.1 Requerimento de Ocupação e Análise Documental:**

**Art. 25.** O requerimento de ocupação de vaga remanescente e a entrega da documentação prevista deverão atender aos prazos estabelecidos, deverão ser protocolados no campus em que o curso pretendido é ofertado e deverão estar instruídos com a documentação exigida neste edital.

§ 1º A documentação para a fase da Análise Documental poderá ser remetida via sedex ao campus sede do curso, não podendo a data de postagem ultrapassar o último dia previsto para o protocolo da documentação.

§ 2º O requerimento poderá ser assinado pelo interessado ou por terceiro, se este apresentar autorização por escrito.

**Art. 26.** A Secretaria Acadêmica fará a análise prévia da documentação, emitirá parecer sobre a sua regularidade frente às normas e encaminhará a mesma ao Colegiado de Curso para a realização da análise técnica prevista neste edital.

§ 1º As solicitações que não satisfizerem as exigências documentais serão indeferidas pela Secretaria Acadêmica.

§ 2º Não será permitido juntar documentos após o protocolo da solicitação.

**Art. 27.** O Colegiado de Curso analisará as solicitações de ingresso, devendo:

I - comparar as disciplinas já cursadas com aquelas constantes da estrutura curricular do Projeto Político-Pedagógico em vigor no curso e emitir parecer sobre a equivalência, quando for o caso;

II - determinar em que ano do curso o candidato se enquadra, à luz do número de disciplinas pendentes e dos pré-requisitos previstos pela estrutura curricular do curso;

III - indeferir a solicitação, caso não haja vaga para o ano de enquadramento;

IV - indeferir a solicitação, caso o pedido de transferência não seja feito por acadêmico oriundo de outro curso de Direito.

**Art. 28.** O Colegiado de Curso indeferirá o pedido do candidato, quando, após a análise, constatar:

I - a impossibilidade de o requerente integralizar, em tempo hábil as atividades e disciplinas constantes da estrutura curricular do curso, considerando:

a) a data da realização do processo de ingresso ou do concurso vestibular;

b) o aproveitamento de estudos;

c) os períodos de trancamento de matrícula;

d) o período máximo fixado para a integralização do curso.

II - a impossibilidade de o candidato ser enquadrado em ano do curso que possua vaga ociosa;

III - o não enquadramento do curso solicitado na condição de mesmo curso.

**Parágrafo único** - Para a análise do tempo hábil para integralização do curso, será computado o período letivo em andamento.

**Art. 29.** Para a análise do aproveitamento de estudos, serão observadas as normas da universidade constantes de regulamentação específica.

**Art. 30.** O Colegiado de Curso apresentará uma tabela final da análise efetuada da documentação do candidato, fazendo constar da mesma:

I - Disciplinas aproveitadas em cada ano;

II - Disciplinas a serem cursadas nos anos anteriores;

III - Pré-requisitos a serem cursados nos anos anteriores;

IV - Disciplinas a serem cursadas nos anos posteriores;

V - Carga horária já cumprida em atividades acadêmicas complementares;

VI - Média aritmética das notas obtidas nas disciplinas aproveitadas;

VII - Idade do candidato.

**Parágrafo único** - A tabela de análise de cada candidato deverá ser remetida à Secretaria Acadêmica do campus, a qual remeterá uma cópia da mesma à PRG.

**Art. 31. Até às 17h do dia 7 de agosto de 2009**, a Pró-Reitoria de Graduação publicará edital com o resultado da análise documental, listando os candidatos eliminados e os habilitados para a fase seguinte, bem como o ano a que estes foram destinados.

#### **4.2 Sobre a Documentação para a Análise Documental:**

**Art. 32.** A documentação a ser apresentada na protocolização do requerimento de ocupação de vaga por transferência de instituição nacional será a seguinte:

I - via original e oficial do histórico escolar, no qual devem constar:

- a) período de realização do concurso vestibular;
- b) denominação e carga horária das disciplinas nas quais obteve aprovação;
- c) aproveitamento de estudos, se houver;
- d) declaração de situação acadêmica ativa no ano letivo de 2009, caso não conste do histórico escolar.

II - cópia do ato legal, contendo o número e a data do ato de autorização ou reconhecimento do curso da instituição de origem, caso não conste do histórico escolar;

III - documento autenticado da instituição de origem, em que conste sistema de avaliação e tabela de conversão de conceitos em nota, quando for o caso, caso não conste do histórico escolar;

IV - cópia vistada pela instituição de origem do programa da disciplina cursada com aprovação ou aproveitada por instituição distinta daquela em que a disciplina foi feita;

V - comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

**§ 1º** A não apresentação de qualquer um dos documentos previstos nos incisos de I a III e suas alíneas deverá ser considerado como motivo suficiente para indeferimento do pedido de transferência.

**§ 2º** No caso do inciso IV, a falta de plano de ensino de disciplina cursada com aprovação não é motivo para a Secretaria Acadêmica indeferir o pedido de transferência na fase da Análise Documental, mas o(s) mesmo(s) não pode(m) ser apresentado(s) durante o processo de transferência, buscando o seu aproveitamento.

**Art. 33.** A documentação a ser apresentada na protocolização do requerimento de ocupação de vaga por transferência de instituições estrangeiras será a seguinte:

I - via original e oficial do histórico escolar, no qual devem constar:

- a) período de realização do concurso vestibular;
- b) denominação e carga horária das disciplinas nas quais obteve aprovação;

c) aproveitamento de estudos, se houver;  
d) declaração de situação acadêmica ativa no ano letivo de 2008, caso não conste do histórico escolar.

II - cópia do ato legal contendo o número e a data do ato de autorização ou reconhecimento do curso da instituição de origem, caso não conste do histórico escolar;

III - documento autenticado da instituição de origem, em que conste sistema de avaliação e tabela de conversão de conceitos em nota, quando for o caso, se não constar do histórico escolar;

IV - cópia vistada pela instituição de origem do programa da disciplina cursada com aprovação ou aproveitada por instituição distinta daquela em que a disciplina foi feita;

V - comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

§ 1º. A documentação a que se refere o *caput* do artigo deverá ser autenticada por autoridade consular brasileira do país onde se localiza a instituição em que o candidato está matriculado e deverá ser acompanhada de tradução pública juramentada.

§ 2º. A tradução a que se refere o parágrafo anterior ficará dispensada, quando o candidato for proveniente de instituição de ensino superior de países membros ou associados ao Mercosul.

§ 3º A não apresentação de qualquer um dos documentos previstos nos incisos de I a III e suas alíneas deverá ser considerado como motivo suficiente para indeferimento do pedido de transferência.

§ 4º No caso do inciso IV, a falta de plano de ensino de disciplina cursada com aprovação não é motivo para a Secretaria Acadêmica indeferir o pedido de transferência na fase da Análise Documental, mas o(s) mesmo(s) não pode(m) ser apresentado(s) durante o processo de transferência, buscando o seu aproveitamento.

**Art. 34.** A documentação a ser apresentada na protocolização do requerimento de ocupação de vaga por transferência interna para curso afim deverá obedecer aos mesmos princípios que regem a transferência de instituição nacional, conforme se acha previsto no art. 32.

## **5. SOBRE A FASE DA PROVA DE CONHECIMENTOS:**

**Art. 35.** Até às 17h do dia 10 de agosto de 2009, será feita a divulgação do ensalamento dos candidatos para a realização da fase da prova de conhecimentos, nos casos em que a mesma se fizer necessária.

**Parágrafo único** - A verificação e a confirmação do local de prova será de responsabilidade exclusiva do candidato.

**Art. 36.** A prova de conhecimentos, de caráter classificatório, acontecerá no dia 13 de agosto de 2009, tendo seu início às 8h30min e o seu término às 12h30min.

**Art. 37.** A prova de que trata o artigo anterior versará sobre conhecimentos em grau de dificuldade não superior ao(s) ano(s) anterior(es) àquele(s) para cuja vaga remanescente o candidato foi habilitado.

**Art. 38.** A prova de conhecimentos terá **vinte questões de múltipla escolha** relativas aos conteúdos do(s) ano(s) anterior(es) àquele que possui vaga remanescente.

**Art. 39.** Cada questão da prova de conhecimentos valerá **5 (cinco) pontos** e o escore máximo possível de um candidato será de **100 (cem) pontos**.

**Art. 40.** Para a prova de conhecimentos, o candidato terá um caderno e um cartão de respostas personalizado e apto para leitura por equipamento eletrônico.

**Art. 41.** Para participar da fase da prova de conhecimentos, o candidato deverá comparecer no estabelecimento e sala previstos no ensalamento publicado pela DCV.

**Art. 42.** No dia da prova, o candidato deverá apresentar a ficha de inscrição e o original do documento de identificação.

**Art. 43.** A DCV coordenará a elaboração e a correção das provas e processará e divulgará a relação de classificados no limite de vagas para cada ano de cada curso.

**Art. 44.** A classificação dos candidatos, nesta fase, será obtida pela ordem decrescente de desempenho na prova de conhecimentos.

**Parágrafo único** - O candidato que tiver nota zero na prova de conhecimentos será sumariamente desclassificado.

**Art. 45.** Se, após a prova de conhecimentos, houver candidatos empatados, observar-se-á a análise documental efetuada pelo Colegiado de Curso, adotando-se, como critério de desempate, sucessivamente:

I - A transferência de instituição pública nacional se sobrepõe à transferência de instituição privada nacional, que, por sua, vez, sobrepõe-se à instituição estrangeira;

II - Maior prazo para integralização do curso, de acordo com o previsto no Projeto Político-Pedagógico;

III - Menor número de disciplinas a serem cursadas no(s) ano(s) anterior(es);

IV - Menor número de disciplinas a serem cursadas no(s) ano(s) posterior(es);

VI - Maior média aritmética das notas obtidas nas disciplinas aproveitadas;

VI - Maior carga horária cumprida em atividades acadêmicas complementares;

VII - Maior idade do candidato.

**Art. 46.** Em hipótese alguma, haverá revisão da prova de conhecimentos.

**Art. 47.** A divulgação do resultado da prova de conhecimentos ocorrerá **até às 17h do dia 19 de agosto de 2009**.

**Art. 48.** A vaga remanescente levada à concorrência por meio deste processo seletivo será concedida ao candidato que, após a análise documental e após a prova de conhecimentos, for classificado dentro do número de vagas existentes.

### **5.1 Sobre o Preenchimento do Cartão de Respostas:**

**Art. 49.** Na prova de conhecimentos, cada candidato receberá um cartão de respostas identificado e numerado cuja correção será feita eletronicamente.

**Art. 50.** Para o preenchimento do cartão de respostas, o candidato deverá utilizar caneta esferográfica com tinta preta, a qual será fornecida na sala de provas.

**Parágrafo único** - O uso de outro tipo de caneta poderá prejudicar a leitura das respostas, hipótese em que não se aceitará recurso, nem revisão por parte da DCV.

**Art. 51.** O preenchimento do cartão de respostas será de responsabilidade do candidato e não haverá substituição do mesmo, exceto em caso de defeito de impressão.

**Art. 52.** O candidato deverá marcar apenas uma alternativa por questão e a marcação de mais de uma alternativa ou o fato de deixá-la em branco a anulará.

**Art. 53.** O candidato deverá preencher totalmente o espaço do gabarito relativo à resposta da questão, sob pena de perder a pontuação referente a ela.

**Art. 54.** O candidato assinará o cartão de respostas e permitirá a coleta de impressões digitais, para confronto posterior com assinaturas e digitais de aprovados.

**Parágrafo único** - Para a realização do confronto, impressões digitais dos candidatos aprovados poderão ser coletadas na matrícula e ao longo do curso.

### **5.2 Sobre a Constituição dos Escores dos Candidatos:**

**Art. 55.** A prova de conhecimentos será constituída por questões objetivas de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas cada uma, sendo apenas uma delas a correta.

**§ 1º** A prova de conhecimentos possuirá 20 (vinte) questões relativas ao(s) ano(s) anterior(es) àquele para cuja vaga remanescente o candidato foi habilitado.

**§ 2º** Cada questão da prova de conhecimentos valerá 5 (cinco) pontos e não existirá a possibilidade de resposta ou valoração parcial.

**§ 3º** A pontuação máxima na prova de conhecimentos é de 100 (cem) pontos.

**Art. 56.** Ausência ou zeramento do candidato na prova de conhecimentos e não atendimento às proibições previstas neste edital serão motivos de desclassificação.

### **5.3 Sobre o Gabarito da Prova e os Recursos:**

**Art. 58.** No dia da realização da prova de conhecimentos, **13 de agosto de 2009, até às 17**, a DCV publicará o gabarito provisório da mesma no *site* do vestibular.

§ 1º A DCV aceitará questionamentos relativos ao gabarito provisório.

§ 2º Os recursos deverão ser feitos por escrito, justificados e protocolados no campus de Marechal Cândido Rondon ou na Reitoria da Unioeste **até às 17h do dia 14 de agosto de 2009**.

§ 3º Serão desconsiderados os recursos protocolizados fora dos prazos estabelecidos e os que não estiverem justificados e fundamentados.

§ 4º Serão desconsiderados recursos relativos a preenchimento equivocado do cartão de respostas por parte do candidato.

§ 5º. O recurso só poderá ser interposto por candidato e este deverá informar os dados da sua inscrição, para que se possa identificá-lo como um dos concorrentes.

**Art. 58.** O recurso será apreciado por banca examinadora, que emitirá parecer **até às 17h do dia 18 de agosto de 2009**, e o resultado será divulgado por meio de edital da DCV no site [www.unioeste.br/provou](http://www.unioeste.br/provou), não cabendo outros questionamentos.

**Art. 59.** Tendo sido julgados os recursos interpostos, o gabarito definitivo será publicado até às 17h **do dia 18 de agosto de 2009** e será utilizado para o processamento da prova de conhecimentos.

**Art. 60.** A pontuação de questões e alternativas anuladas será atribuída aos candidatos que compareceram à prova, mesmo para aqueles que não tenham recorrido.

**Art. 61.** Exceto os recursos previstos anteriormente, não se concederá revisão de prova, segunda chamada ou recontagem de pontos.

#### **5.4 Sobre o Tempo para as Provas:**

**Art. 62.** O tempo de resolução das questões e de preenchimento do cartão de respostas estará incluído no tempo de duração da prova.

#### **5.5 Sobre o Horário de Realização da Prova:**

**Art. 63.** Além de outras previsões determinadas por este edital, os horários a seguir discriminados deverão ser obedecidos:

I - A porta de acesso ao prédio onde será realizada a prova será **aberta às 8h e será fechada às 8h20min**, conforme horário de Brasília.

II - A Prova de Pré-Seleção começará às **8h30min** e terminará às **12h30min**.

III - A partir das **9h30min**, será distribuída a folha de respostas e os fiscais colherão a impressão datiloscópica dos candidatos.

IV - Excetuando-se os casos de impossibilidade física, todos os candidatos deverão atender ao disposto no inciso III.

V - O candidato não poderá sair do local de prova **antes das 10h** (exceto para uso de sanitários ou por problemas de saúde), sob pena de desclassificação.

VI - Não será permitido entrada de candidatos que cheguem **após às 8h20min.**

#### **5.6 Sobre Eventuais Problemas nas Provas:**

**Art. 64.** Em relação a supostos problemas na elaboração das questões das provas, o candidato não receberá resposta imediata e responderá a questão como melhor lhe parecer, pois as suspeitas serão analisadas posteriormente.

**Art. 65.** No caso de anulação de uma questão, a pontuação relativa a ela será atribuída a todos os candidatos que realizarem a prova.

**Art. 66.** Problemas constatados em relação à impressão de prova deverão ser comunicados ao fiscal e este providenciará um caderno de provas substituto, acrescentando, no final da fase, o tempo que tenha sido perdido pelo candidato.

#### **5.7 Sobre a Documentação para a Prova de Conhecimentos:**

**Art. 67.** O candidato, para ingresso na sala de provas, deverá apresentar os seguintes documentos, sob pena de desclassificação:

I - original do documento de identificação informado no ato da inscrição;

II - ficha de inscrição devidamente assinada.

**Parágrafo único** - A ficha de inscrição será entregue e o fiscal de sala a reterá.

**Art. 68.** Os documentos para ingresso na sala de provas deverão estar em perfeitas condições e deverão permitir a identificação positiva do candidato.

**Art. 69.** Em caso de perda ou roubo da ficha de inscrição, o candidato poderá realizar a prova e deverá preencher a ficha de inscrição suplementar e assiná-la.

**Parágrafo único** - Se o previsto no *caput* deste artigo não for atendido pelo candidato, ele será eliminado.

**Art. 70.** Em caso de perda ou roubo do documento de Identidade apresentado para realizar a inscrição, o candidato será admitido para realizar a prova mediante a apresentação de outro documento oficial de identificação que contenha foto.

**§ 1º.** Se o candidato não possuir documento de identificação consigo, poderá participar da prova, devendo preencher o documento de identificação suplementar.

**§ 2º.** Se a aplicação do que está estabelecido no § 1º anterior for necessário e não for atendido pelo candidato, este será eliminado do processo seletivo.

#### **5.8 Sobre a Proibição de Objetos:**

**Art. 71.** Será proibido usar dicionário, régua de cálculo, calculadora, borracha, computador, relógio, celular, *pager* ou similar, jóias, adereços, gráficos, anotações ou outras fontes, tabelas, interlocução com terceiros, "cola" ou uso de meios fraudulentos e vestimenta, boné, lenço ou cabeloira que encubram anotações e aparelhos.

§ 1º Não será permitido o uso de aparelho de surdez, salvo laudo médico que indique que o mesmo deve ser usado.

§ 2º Bolsa, pasta, sacola ou similar que o candidato esteja portando serão recolhidas na entrada da sala de prova, sendo deixadas sob a cadeira à vista de todos e devolvidas somente no momento de saída do candidato.

§ 3º Na hipótese de o candidato chegar ao local da prova com quaisquer objetos dentre os citados anteriormente, deverá acondicioná-los em recipiente específico, colocando-o sob a sua cadeira.

§ 4º Ao candidato que estiver, durante a realização da prova, com qualquer um dos objetos citados acima, o fiscal solicitará a sua entrega imediata e, no caso de o candidato se recusar a atender à solicitação, será eliminado do concurso.

§ 5º Durante a prova, o candidato só poderá manter consigo, além do material impresso relativo às provas, a caneta fornecida pela União.

**Art. 72.** O candidato que, por motivo de doença ou por recomendação médica, necessite alimentar-se e/ou tomar remédios durante a prova, deverá portar atestado que comprove a necessidade e solicitar ao fiscal autorização para realizar tais atividades.

#### **5.9 Sobre a Saída da Sala de Provas:**

**Art. 73.** Ao se retirar da sala de prova, o candidato receberá de volta os seus pertences pessoais, sendo vedado levar consigo o(s) caderno(s) de prova(s).

**Art. 74.** Durante a prova, o candidato só poderá sair da sala em casos de mal-estar ou de precisar de sanitários, devendo, então, ser acompanhado por um fiscal.

**Parágrafo único** - Se precisar usar sanitário, o candidato deverá solicitar ao fiscal e aguardar a autorização do mesmo, sentado em seu lugar.

#### **5.10 Sobre a Possibilidade de Eliminação:**

**Art. 75.** Sendo constatado, a qualquer tempo, o uso de procedimentos ilícitos pelo candidato, o mesmo será eliminado da segunda etapa do segundo PROVOU 2009, sem prejuízo das cominações legais civis e criminais.

**Art. 76.** Além de serem eliminados pelas demais razões previstas neste edital, também serão excluídos os candidatos que:

- a) praticarem atos contra as normas ou a disciplina adequada;
- b) comerem ou beberem nas salas de prova, excetuando-se o caso do art. 73;
- c) não entregarem o caderno de provas e a folha de respostas;
- d) se comunicarem ou trocarem material com os outros.

#### **5.11 Dos Atendimentos Especiais:**

**Art. 77.** Pode haver pedidos de banca especial por parte dos portadores de necessidades especiais, de acordo com o Decreto nº 3.298 da Presidência da República, de 20 de dezembro de 1999.

§ 1º A solicitação de banca especial deverá ser feita na inscrição, por meio de preenchimento do campo próprio na ficha de inscrição e da descrição sumária do impedimento, e o pedido será analisado pela comissão criada para este fim.

§ 2º O candidato que solicitar banca especial deverá entrar em contato com a DCV/Reitoria, pessoalmente ou pelos telefones (45)3220-3099 ou 3220-3100, ou com a Coordenação do Programa de Educação Especial (PEE), pessoalmente ou pelos telefones (45)3220-3281 ou (45)9134-1994, **até 5 de agosto de 2009**, para solicitar os procedimentos e obter as instruções devidas.

§ 3º Após o contato com a DCV/Reitoria e se for solicitado pela coordenação, o candidato deverá comparecer à Universidade para apresentar os comprovantes que justificam seu pedido.

§ 4º Se precisar ampliar o tempo previsto para a realização da(s) prova(s) por causa de uma das dificuldades previstas, o candidato deverá apresentar descrição de suas necessidades especiais emitida por profissional habilitado da área.

§ 5º A constituição de bancas especiais só ocorrerá no estabelecimento central de cada cidade onde haja provas.

#### **5.12 Dos Atendimentos Emergenciais:**

**Art. 78.** Será concedida a constituição de banca emergencial ao candidato que sofra algum tipo de imprevisto às vésperas ou no dia da prova, tal como acidente, doença súbita ou parto ou outra causa que justifique esta necessidade.

§ 1º Somente serão atendidos os casos comunicados à coordenação local até o horário de início da prova.

§ 2º Casos de candidatos presentes nos locais de prova e cuja ocorrência emergencial venha a ocorrer durante o horário da prova também serão atendidos.

§ 3º A banca será instalada em sala no campus, hospital, posto de saúde ou instituição similar, sendo vedado o atendimento a domicílio ou em local privado.

#### **5.13 Do Processo de Classificação Final na Prova de Conhecimentos:**

**Art. 79.** No relatório final da prova de conhecimentos, os candidatos que não forem desclassificados por um dos motivos apontados neste edital aparecerão de acordo com a sua ordem de classificação e serão dados como aprovados.

**Art. 80.** O processo de classificação final dos candidatos, que levará em conta o desempenho de cada um na prova, será constituído pelas seguintes etapas:

I - constituição do escore de pontos do candidato na prova;

II - desclassificação dos candidatos que obtiveram nota zero na prova ou que infringiram outra regra explicitada neste edital;

III - emissão de relatório público, em listagem feita por ordem de classificação (incluindo os desclassificados).

**Art. 81.** O resultado da prova de conhecimentos ocorrerá **até às 17h do dia 19 de agosto de 2009**, concomitantemente nos *campi* e reitoria da Unioeste, e estará disponível no *site* já mencionado, em relatório organizado por ordem de classificação, contendo o desempenho do candidato na prova de conhecimentos.

**Art. 82.** Os candidatos classificados no limite de vagas, após a realização das duas fases da segunda etapa do segundo PROVOU, devem efetuar sua matrícula nos prazos fixados em calendário acadêmico ou em edital, sob pena de perda da vaga.

**Art. 83.** De acordo com os prazos acadêmicos regulamentares, podem ser efetuadas chamadas complementares organizadas pela secretaria acadêmica, que deve observar a ordem de classificação dos candidatos.

## **6. DISPOSIÇÕES FINAIS:**

**Art. 84.** A ocupação das vagas ociosas de que trata este edital poderá ocorrer apenas no ano para o qual o edital foi publicado, se houver candidatos aptos a ocupá-las e se for possível cumprir a frequência de setenta e cinco por cento às atividades letivas.

**Art. 85.** Ao ocupar uma vaga remanescente, o candidato aprovado deverá se matricular, sobretudo, em disciplinas de seu ano de enquadramento.

**Parágrafo único** - Caso o aluno possa se matricular em outras disciplinas, ele deverá cursar, antes, aquelas relativas ao(s) ano(s) anterior(es) ao seu enquadramento.

**Art. 86.** Os documentos dos candidatos que não efetuarem matrícula, não se classificarem ou cujos pedidos forem indeferidos será arquivada no Protocolo do Campus.

**§ 1º.** O prazo de arquivamento será de seis meses a partir da publicação dos resultados, sendo permitida, a qualquer época, dentro deste período, a sua retirada pelo interessado ou por terceiro devidamente autorizado, mediante requerimento.

**§ 2º.** Passado o prazo e não sendo retirada, a documentação será inutilizada.

**Art. 87.** As disposições contidas neste Edital, no caderno de provas, no cartão de respostas, na folha de instruções aos fiscais e em eventuais editais complementares se constituirão em normas que passarão a reger este processo seletivo.

**Art. 88.** Será eliminado do processo seletivo ou perderá o registro acadêmico, a qualquer época, mesmo após a matrícula, o candidato que tenha realizado o PROVOU usando documentos, declarações ou informações falsas ou outros meios ilícitos.

**Art. 89.** A Unioeste não se responsabilizará pelo extravio de qualquer tipo de objeto pertencente aos candidatos.

**Art. 90.** Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Pró-Reitor de Graduação ou pelo Conselho Pedagógico, órgão deliberativo da DCV.

**Art. 91.** Será da alçada e competência do Reitor homologar os resultados do processo seletivo de que trata este edital.

**Art. 92.** Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Cascavel, 24 de julho de 2009.

BENEDITO MARTINS GOMES

Reitor em Exercício

## CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DO CURSO DE DIREITO

### CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

**1) OS CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS LISTADOS A SEGUIR INDICAM O QUE SERÁ COBRADO DO CANDIDATO DE ACORDO COM O ANO DO CURSO A QUE ELE PRETENDE CONCORRER.**

**2) O CANDIDATO A UMA VAGA POR MEIO DO PROVOU DEVE ATENTAR PARA OS CONTEÚDOS LISTADOS PARA OS ANOS ANTERIORES A QUE ELE PRETENDE CONCORRER.**

# 400

## CAMPUS DE MAL. CÂNDIDO RONDON

### 404 – DIREITO

#### **404.1 – 2º ANO**

- **Língua Portuguesa:** Leitura, produção, interpretação de textos e a prática de análise lingüística, voltada para o texto produzido. Linguagem jurídica e linguagem forense. Terminologia jurídica. Etimologia. Locuções verbais e brocardos jurídicos. **Introdução ao Estudo do Direito:** Direito, Sociedade e Estado. Natureza e Cultura. Ciências afins do Direito. Noção de Direito: origem do Direito. Definição e elementos. Categorias jurídicas. Lei e norma jurídica. Direito e moral. Direito, equidade e justiça. Fontes do Direito: estatais e não estatais. Direito objetivo e direito subjetivo. Direito positivo e direito natural. Relações jurídicas: sujeitos do Direito. Enciclopédia jurídica: direito público e privado. Fundamentos do Direito: principais doutrinas idealistas, materialistas e críticas. Noções de administração da justiça. Hermenêutica jurídica e aplicação do Direito. **Sociologia Geral e Jurídica:** O surgimento da ciência na humanidade, sua evolução e os atuais problemas apresentados pela crise de paradigmas. A Sociologia enquanto ciência que estuda as relações sociais. Os conceitos básicos da Sociologia. A Sociologia de Durkheim enfocando especialmente os aspectos que dizem respeito à formação da sociedade e ao crime. A Sociologia de Max Weber com enfoque nas estruturas racionais-burocráticas da organização do Estado. A Sociologia de Karl Marx com destaque para a formação das classes sociais. A formação do Estado a partir da discussão das relações sociais. A evolução do Estado moderno, no contexto do capitalismo. O processo de globalização e suas implicações na formação do Estado globalizado atual. As questões pertinentes aos direitos humanos, sociedade e informática e meio ambiente. **Introdução à Filosofia:** Especificidade da Filosofia: Origem, Conceitos, Problemas e Temas Relevantes do Discurso Filosófico - Questões Fundamentais da Filosofia: Epistemológicas, Antropológicas, Ontológicas, Éticas. **Ciência Política e Teoria do Estado:** Conceito de Ciência Política. Ciência Política e Teoria do Estado. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político contemporâneo. Origem e evolução do Estado. Estado moderno. Estado Contemporâneo. Elementos do estado. Formas de Governo: parlamentarismo e presidencialismo. Formas de Estado e Federação. Regimes de Governo e Democracia. Declaração de direitos, separação de poderes e funções do Estado. Estado e Constituição. O Estado Constitucional: a idéias de Constituição, origem e características do constitucionalismo. Constituição em sentido material e formal. Direito constitucional: conceito, objeto e fontes. Teoria das Normas Constitucionais. Poder Constituinte e Poder de Reforma. A supremacia jurídica da Constituição: o controle da constitucionalidade das leis. Interpretação e aplicabilidade das normas constitucionais. **Economia Política:** Conceito e objeto da Economia. Sistemas econômicos. Fluxo circular de renda. Divisão do estudo econômico: macroeconomia e microeconomia. Relações economia-direito. Fundamentos teóricos da Economia Política. Surgimento da Economia como ciência: do feudalismo ao mercantilismo. Economia Política clássica: Smith, Ricardo e Malthus. Escola neoclássica. Crítica econômica de Karl Marx. Estrutura de mercado: concorrência perfeita e imperfeita. Políticas econômicas. Desenvolvimento e distribuição de renda. Relações econômicas internacionais. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** A pesquisa jurídica: conceito, classificação, métodos. As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório. O trabalho monográfico e suas especificidades. Elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Uso da linguagem e do método científico estudando e analisando os métodos disponíveis, sua adequação e possibilidades de utilização na área do Direito. O papel da ciência. Prepara para apresentação de

trabalhos acadêmicos: tipos, características e composição estrutural. Pesquisa qualitativa e quantitativa. Em nível aplicado examina as técnicas e métodos de captação e processamento de informação visando a solução de problemas de investigação, capacitando o aluno para a montagem de projetos de pesquisa. Normas ABNT. Referências bibliográficas. Apresentação gráfica. Estilo de redação. **Direito Constitucional I:** Formação Constitucional do Brasil. A Constituição de 1988: origem. Princípios e objetivos fundamentais. Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Organização dos poderes. Funções essenciais à Justiça. Tributação e orçamento.

#### 404.2 - 3º ANO

- **Direito Constitucional II:** Direito Constitucional Estadual. Municípios: Lei Orgânica. Direitos fundamentais: os direitos e deveres individuais e coletivos, os direitos sociais, os direitos à nacionalidade, os direitos políticos. As garantias processuais dos direitos fundamentais. Defesa do estado e das Instituições democráticas. Ordem econômica e financeira. Ordem social. **Direito Penal I:** Introdução. A Norma Penal. Aplicação Da Lei Penal. Do Crime. Da Ação. Da Tipicidade. Da Tentativa. Da Injuricidade. Da Culpabilidade. Do Concurso De Pessoas. Das Penas: Espécies, Cominação, Aplicação, Suspensão Condicional, Livramento Condicional, Efeitos Da Condenação, Reabilitação. Das Medidas De Segurança. Da Ação Penal. Da Extinção Da Punibilidade. **Direito Civil I – Parte Geral:**Princípios fundamentais: o Direito Civil. Fontes do Direito. Interpretação e integração da norma jurídica. Relação jurídica e direitos subjetivos. Conflito de Leis no tempo (Direito Intertemporal) e no espaço (Direito Internacional Privado). Sujeitos de Direito: personalidade jurídica. Pessoas naturais: estado e capacidade; incapacidade; emancipação; domicílio e residência; morte e ausência; registro civil de pessoas naturais. Direitos da personalidade. Pessoas Jurídicas: natureza; classificação; limites da personalidade jurídica e desconsideração desta; registro civil de pessoas jurídicas. Objeto de direitos: os bens e sua classificação; o patrimônio geral e patrimônios especiais. Fatos jurídicos, atos jurídicos, atos ilícitos e negócios jurídicos: caracterização. O negócio jurídico e seus elementos constitutivos, essenciais e acidentais (condição, termo e modo). Invalidez e ineficácia do negócio jurídico: erro, dolo, coação, simulação, etc. atos ilícitos e abuso de direito. Fatos justificados: estado de necessidade, legítima defesa, etc. extinção de direitos: prescrição, decadência, renúncia. Prova de atos e negócios jurídicos e registros públicos a eles relativos. **Teoria do Processo:**Noções introdutórias e históricas. Institutos Fundamentais do Direito Processual: Jurisdição, Ação e Processo. Processo e Constituição. Aplicação do Direito Processual.**Teoria da Argumentação:** Conceito de linguagem. Cultura, sistema de referência e produção de sentidos (interpretação). Conflito de sentidos e conflito social. A negociação dos sentidos (argumentação). Leitura e análise de textos; produção de argumentos. Técnicas argumentativas; escolhas lexicais, modalização e operadores argumentativos. Estratégias discursivas de argumentação. Produção e discussão de textos argumentativos. Prática da Oralidade.**Direito Comercial I:** Conceito. Histórico. Atos de Comércio. Comerciante: qualidade, prerrogativas e obrigações. Empresa e empresário. Registro do Comércio. Propriedade Industrial. Comerciante Individual. Sociedades mercantis. Microempresa. **Direito internacional Público e Privado:**Introdução e desenvolvimento histórico do Direito Internacional Público. Sujeitos de Direito Internacional Público. Organizações Internacionais. O homem e a humanidade. Direitos fundamentais. Normas de Direito Internacional Público. Costume. Tratados. Princípios Gerais do Direito. Atos unilaterais. Atos das Organizações Internacionais. Doutrina e jurisprudência. Conflitos de normas no Direito Internacional Público. Conflito de normas de Direito Internacional Público e de Direito Interno. Responsabilidade Internacional. Jurisdição do Estado: população e nacionalidade, Imunidade de Estado, Imunidade Diplomática, Imunidade Consular, Proteção diplomática, Condição do Estrangeiro. Domínio Público Internacional: domínio territorial e aéreo, rios internacionais, espaço exterior, domínio marítimo, Ártico e Antártida. Solução de conflitos: solução pacífica de conflitos, solução não pacífica de conflitos. Conceito de Direito Internacional Privado. História e principais doutrinas. Fontes. Codificações e tentativas de codificação. Condição jurídica do estrangeiro. Conflitos interestaduais. Aplicação, prova e interpretação do Direito Estrangeiro. Questões de Direito Civil Internacional. Questões de Direito Processual Civil Internacional.

#### 404.3 - 4º ANO

- **Direito Penal II (Parte Especial):**Dos crimes contra a pessoa. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a propriedade imaterial. Dos crimes contra a organização do trabalho. Dos crimes contra o sentimento religioso e o respeito aos mortos. Dos crimes contra os costumes. Dos crimes contra a família. Dos crimes contra a incolumidade pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Contravenções penais. Direito penal econômico. Direito penal ambiental. **Direito Civil II (Obrigações e Contratos):**Conceito de Obrigação: sujeito, objeto, conteúdo, finalidade, etc. obrigações Cíveis e Naturais. Confronto com o Direito das Coisas, Comercial e do Trabalho. Divisão fundamental das obrigações: obrigações negociais, responsabilidade civil em sentido estrito e enriquecimento sem causa. Responsabilidade Civil: subjetiva e objetiva, pressupostos. Dano Moral. Obrigações negociais: contratos e negócios unilaterais; autonomia contratual; boa-fé e justiça contratual, possibilidade, determinação e licitude, aparência jurídica, responsabilidade negocial e seu confronto com a responsabilidade civil. Obrigações unilaterais ou por declaração unilateral: modalidades e características. Classificação das obrigações. Transmissão das obrigações. Adimplemento e inadimplemento das obrigações. Vícios redibitórios. Evicção. Extinção das obrigações. Mora. Cláusulas de Garantia. Teoria geral dos contratos. Compra e venda. Permuta. Promessa de compra e venda. Doação. Locação. Prestação de serviços. Empreitada.

Comodato e mútuo. Depósito. Mandato e gestão de negócios. Sociedades. Contratos agrários. Constituição de renda. Jogo e apostas. Fiança. Contratos inominados. Declarações unilaterais de vontade; títulos ao portador e promessa de recompensa. **Direito Comercial II e Direito Comercial Internacional:** Títulos de Crédito: conceito e teoria. Classificação. Contratos mercantis. Contratos Bancários. Contratos de navegação marítima e aérea. Arbitragem comercial. Falência. Caracterização. Declaração e efeitos jurídicos. Administração. Concordatas. Crimes falimentares. Características do Comércio Exterior Brasileiro. Contratos de Comércio Internacional. A fase pré-contratual. Cláusulas nos contratos internacionais. Formas jurídicas da empresa no Mercosul. Empresas binacionais. Estrutura e dinâmica da empresa no Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Internacionalização das relações do trabalho. O direito da propriedade industrial no Mercosul. **Direito do Trabalho e Seguridade social:** Histórico. Conceito. Divisão e fontes. Direito individual do trabalho. Empregado e empregador. Contrato de trabalho. Estabilidade. Fundo de garantia por tempo de serviço. Salário e remuneração. Duração do trabalho. Regulamentações especiais do trabalho. Direito coletivo do trabalho. Origens históricas dos sindicatos. Direito internacional do trabalho e OIT – Organização Internacional do Trabalho. Conflitos coletivos de trabalho e suas formas de solução. A problemática da Justiça do Trabalho. Direito de greve e lock-out. O Mercosul e o Direito Coletivo do Trabalho. Perspectivas do Direito do Trabalho. Histórico da Previdência Social. Previdência Social no Brasil. Beneficiários. Custeio. Prestações. Noções de acidentes de trabalho. **Direito Processual Penal I:** Conceito. Denominação. Finalidade. Princípios. Jurisdição e competência. Interpretação e aplicação de Normas. Normas no espaço e no tempo. Polícia judiciária e inquérito policial. Ação Penal. Ação Penal Pública, condicionada, privada e subsidiária. Juizado especial criminal e suspensão condicional do processo. Atos processuais. **Direito Processual Civil I:** Características. Institutos. Princípios. Disposições gerais do Código de Processo Civil. A jurisdição e a ação. As partes e os procuradores. Competências. Competências. Formação, suspensão e extinção do processo. Processo de Conhecimento: procedimento sumário. Processo de Conhecimento: procedimento ordinário. Petição inicial. Resposta do Réu. Revelia. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiência. Sentença e coisa julgada. O Processo nos Tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade, homologação de sentença estrangeira. Recursos: apelação, agravos, embargos, recursos inominados, recurso especial, recurso extraordinário.

#### 404.4 - 5º ANO

- **Direito Administrativo:** Atividades e funções do Estado. Direito administrativo: conceito e fontes. Sujeitos do Direito Administrativo. Pessoas administrativas. Administração Pública. Teoria Geral do serviço Público. Poder de Polícia. Agentes administrativos. Responsabilidade do estado. Dos Atos Administrativos: conceito, características, classificação, requisitos, invalidade, atos nulos e anuláveis. Da licitação. Dos contratos administrativos: conceito, espécies, controle e fiscalização. Do controle da administração pública. Privilégios da administração pública. Limitações da propriedade privada. Desapropriação. Domínio público. Bens públicos. Recursos naturais. **Direito Penal II (Legislação Extravagante):** Leis penais Extravagantes: tóxicos, segurança nacional, imprensa, abuso de autoridade, responsabilidade, etc. **Direito Civil III (Coisas):** Direitos reais. Posse. Propriedade. Condomínio. O problema da terra no Brasil: reforma agrária e urbana. Direitos reais sobre coisas alheias: de gozo, de aquisição e de garantia. Registro de imóveis. Propriedade literária, científica e artística. **Direito Processual do Trabalho:** Conceito. Histórico. Características. Princípios. Justiça do trabalho: organização e competência. O processo trabalhista: dissídio individual, dissídio coletivo, recursos, execução, perspectivas do Direito Processual do Trabalho. **Direito Processual Civil II:** Processo de Execução: a execução em geral, partes, competência, título executivo, responsabilidade patrimonial, liquidação da sentença. As diversas espécies de execução: legislação codificada e extravagante. Embargos do devedor. Remição. Suspensão e extinção do processo. Procedimentos Especiais: procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação codificada. Processo Cautelar: ações cautelares jurisdicionais e administrativas, ações cautelares nominadas e inominadas. Legislação Extravagante. Procedimentos Especiais: de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária na legislação extravagante. **Direito Processual Penal II:** Prova. Pressupostos e nulidades processuais. Procedimento penal. Execução penal. Processos em espécie. Sentença. Recursos. Prisão e liberdade. Habeas Corpus. Relações Jurisdicionais com autoridades estrangeiras. **Estágio de Prática Jurídica I:** Trabalhos simulados e reais orientados de prática jurídica civil, penal, trabalhista, tributária, forense e não forense. Noções sobre exercício profissional dos diversos operadores jurídicos, na área específica. **Filosofia do Direito:** Filosofia, Direito e Filosofia do Direito - Filosofia do Direito e Teoria Geral do Direito - Clássicos da Filosofia do Direito: idealistas, materialistas e críticos - Tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito.